

L E I Nº 1.446/82

Data: 08 de novembro de 1982.

Súmula: Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Bandeirantes, para o exercício financeiro de 1983.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - O Orçamento do Município, para o exercício financeiro de 1983 discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita e fixa a Despesa em Cr\$ 530.388.150,00 (quinhentos e trinta milhões, trezentos e oitenta e oito mil, cento e cinquenta cruzeiros).

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, renda e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente e de acordo com os seguintes desdobramentos:

1. RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO

1.1 RECEITAS CORRENTES Cr\$ 530.368.150,00

Receitas Tributárias Cr\$ 73.034.850,00

Receita Patrimonial Cr\$ 50.000,00

Receita Industrial Cr\$ 7.900.000,00

Transferência Corrente Cr\$ 441.063.300,00

Outras Receitas Correntes Cr\$ 8.320.000,00

1.2 RECEITA DE CAPITAL Cr\$ 20.000,00

Alienação de Bens Móveis e Imóveis Cr\$ 20.000,00

T O T A L: Cr\$ 530.388.150,00

Art. 3º - A despesa será realizada segundo discriminação constantes dos quadros que integram esta Lei, e terá o seguinte desdobramento:

1. DESPESAS POR FONTES DE RECURSOS

1.1 Programação à conta de recursos do tesouro Cr\$ 89.324.850,00

1.1 Programação à conta de recursos de outras fontes Cr\$ 441.063.300,00

Total: Cr\$ 530.388.150,00

2. DESPESAS POR ÓRGÃOS

2.1 Órgão Legislativo Cr\$ 22.156.000,00

Câmara Municipal Cr\$ 22.156.000,00

2.2 Órgão Executivo Cr\$ 508.232.150,00

Executivo Municipal Cr\$ 18.280.600,00

Departamento Administrativo Cr\$ 52.692.860,00

Departamento da Fazenda Cr\$ 50.108.185,00

Departamento de Obras e Serviços Urbanos Cr\$ 218.449.600,00

Departamento de Educação e Cultura Cr\$ 154.290.400,00

Departamento de Saúde e Serviço Social Cr\$ 14.410.505,00

T O T A L: Cr\$ 530.388.150,00

Art. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita, de acordo com o artigo 67 da Emenda Constitucional nº 01, de 17 de outubro de 1969.

Art. 5º - Os órgãos da administração indireta e fundações instituídas pelo Município terão na forma da Lei, Orçamentos próprios e elaborados pelos respectivos órgãos de deliberação coletiva e aprovados por decretos do Executivo Municipal, sendo que a Receita será formada pelas rendas próprias, contribuições municipais, Estaduais, Federais e outras receitas correntes e de capital e as despesas serão classificadas de acordo com a discriminação dotada para o Orçamento Geral do Municipal.

Parágrafo Único – Os orçamentos próprios de que trata este artigo, poderão ser suplementados por decreto do Executivo Municipal, servindo como recursos os constantes do parágrafo 1º, do art. 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir créditos suplementares nos limites com as seguintes finalidades.

I – Para atender despesas vinculadas a Receita, até o limite do excesso de arrecadação efetiva das receitas a que estiverem vinculadas.

II – Para atender quaisquer despesas até o limite de 30% da despesa orçamentária, servindo como recursos os constantes no artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de 1964.

III – Para atender despesas com as fundações instituídas pelo Município, até o limite de 20% das dotações consignadas no respectivo orçamento, a título de transferências correntes e de capital a favor das mesmas, servindo como recursos das fontes indicadas no artigo 43 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1983, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 08 de novembro de 1982.

Moacyr Castanho Filho

Prefeito Municipal